

## **ENDEMONIZAR A DEMOCRACIA: ESBOÇO DE UMA IDEIA PARA ADIAR O FIM DO MUNDO<sup>a</sup>**

LUCAS ANTÔNIO PENNA REY<sup>1</sup>; BIANCA DE FREITAS LINHARES<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [lucaspennarey@live.com](mailto:lucaspennarey@live.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [biancaflinhares@gmail.com](mailto:biancaflinhares@gmail.com)

### **1. INTRODUÇÃO**

Vivemos tempos críticos. No Ocidente, o modelo de democracia alicerçado na articulação com liberalismo e capitalismo – e hoje potencializado pelo neoliberalismo –, que outrora, no início dos anos de 1990, se afirmava absolutamente solidificado e o ponto final da História das democracias, passa por um momento de grande instabilidade, com a ascensão, por meio de eleições institucionais, de governos de Extrema-Direita, que o põem em xeque: colocada está a crise da democracia. Por outro lado, em nível global, apesar de as movimentações e alertas mais incisivos ocorrerem desde, pelo menos, a década de 1970, a destruição ambiental e as mudanças climáticas crescem vertiginosamente, de modo a refletir não apenas em dados científicos alarmantes, contudo em experiências vistas, vividas, sentidas e relatadas em todo o globo, apontando para o iminente colapso ecológico: colocada está a crise ambiental.

Posto isso, perguntamo-nos: poderia haver relação entre as duas crises? Nossa proposição é a de que ambas as crises refletem uma crise geral da Modernidade. Por um lado, uma crise de *demos* – originalmente, antes do liberalismo moderno, constituído por uma parte oprimida e excluída dos processos políticos – que não se sente representada por uma democracia que estabelece um povo pré-constituído como o conjunto total de cidadãos e prioriza aspectos (neo)liberais como a individualidade e meritocracia – além de privilegiar poucos. De outra parte, enquanto condição que oprime a vida no planeta, a crise ambiental projeta os limites da Ontologia Metafísica, que constrói, hegemonicamente, uma hierarquização da vida que autoriza todo o tipo de exploração. Assim, nosso objetivo é realizar uma reflexão a respeito dos limites da Ontologia Política da Modernidade, acentuando: críticas à Ontologia da Modernidade; a reinscrição de um *demos* enquanto parcela oprimida; a possibilidade de um *demos* para além do Humano.

Inserido na área da Ciência Política, especialmente na linha de Teoria Política e Social, este trabalho, impreterivelmente, constitui articulações com outras áreas e saberes. Ademais, assumimos que as crises, embora debilitantes, podem ser vistas como demonstrações do caráter contingencial da ordem político-democrática instituída e, portanto, das suas possibilidades de reflexão e reconfiguração, naquilo que MOUFFE (2015) denominou de ‘momento do político’.

### **2. METODOLOGIA**

Este trabalho se trata de pesquisa qualitativa teórica, recortada de proposição de tese de doutoramento, que pretende esboçar uma reflexão a respeito dos limites da Ontologia Política da Modernidade, especialmente em

---

<sup>a</sup>O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

relação à ideia de democracia. Utilizamos, como métodos, levantamento e análise bibliográficas, discutindo alguns pressupostos pós-estruturalistas como a desconstrução da Ontologia Metafísica em DERRIDA (2016), as interpretações de *demos* em RANCIÈRE (1996) e as concepções das Ontologias Relacionais em VIVEIROS DE CASTRO (2015). Ademais, o trabalho procura articular a ideia de reagregação do Social em LATOUR (2012), a crítica à ‘cosmofobia’ em SANTOS (2023) e as críticas à ideia de Humanidade em KRENAK (2020). A concepção de Democracia Radical se inspira nas proposições de LACLAU; MOUFFE (2015).

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nossa reflexão, a partir dos apontamentos objetivados, resultou em três tópicos, colocados a seguir.

No primeiro tópico – *críticas à Ontologia da Modernidade* – partimos de três diferentes matrizes epistemológicas e ontológicas. Iniciamos a partir do pensamento europeu, quando DERRIDA (2016) afirma que o pensamento metafísico ocidental se funda numa ontologia do Humano, que separa humanos do restante dos animais, em uma fronteira binária e oposicional, que generaliza como não-Humano todas as outras formas de vida, a partir de um vazio próprio do Humano – e que é com base nessa falha que o Humano se coloca como sujeito mestre da natureza e do animal: neste sentido, há uma fundação na construção da oposição Soberano/Humano e Besta/Não-Humano, que legitima violência e exclusão, tanto em relação aos animais quanto a outros Humanos, em ambos os casos deslocando-os para a condição de Bestas; esse movimento confere ao Soberano o direito de governo e exploração. De outra parte, a partir de uma ontologia ameríndia, KRENAK (2020), é importante que se diga, considera, enquanto Humanidade, não somente o *homo sapiens*, mas todos os viventes. O pensador reflete sobre como, ao longo do tempo, foi formada uma espécie de clube exclusivo de Humanidade – alguns *homo sapiens* – que se elegeu como uma casta de Humanos excluindo todos os que estão fora dela, inclusive outros Humanos, e que estes passaram a constituir uma sub-humanidade. É a partir do caminho do progresso, aduz ele, que “vamos largando no percurso tudo que não interessa, o que sobra, a sub-humanidade – alguns de nós fazemos parte dela” (KRENAK, 2020, p. 9). Já a partir de uma ontologia quilombola, SANTOS (2023) afirma uma desconexão da humanidade com a natureza na emergência do Humanismo. Para ele, o Humanismo passou constituir o Humano que não cabia no reino animal (como todos os vegetais cabem no reino dos vegetais, por exemplo), isto é, que não se sentia ente do ser animal. Neste sentido, a ‘cosmofobia’ é condição e efeito que nega qualquer outra ontologia por medo do outro, pois o Humanismo constitui a ideia de “tratar os seres humanos como seres que querem ser criadores, e não criaturas da natureza, que querem superar a natureza” (SANTOS, 2023, p. 16). Diante disso, os três pensadores se distinguem em seus modos de articular e refletir, mas possuem, como ponto convergente, críticas ao pensamento moderno, especialmente quanto a uma ideia de Humano que se coloca como exceção e hierarquicamente superior, não apenas aos Não-Humanos, mas a outros Humanos.

Nosso segundo tópico – *reinscrição de um demos enquanto parcela oprimida* – parte de um resgate da origem da democracia ateniense, a qual, de acordo com OBER (2017), não residia na regra da maioria ou a números ou cargos consubstanciados na origem (*arché*) dos sujeitos, e sim em um *demos* como um corpo coletivo que se construía em detrimento de uma ordem preestabelecida que até então se baseava em privilégios de origem (*arché*) e excluía dos processos

políticos o que viria a ser o *demos*. Embora ainda fosse evidentemente restrita, a democracia ateniense corrobora um ponto de partida importante para romper com a ideia de que *demos* se trata do conjunto total de cidadãos ou mesmo dos processos institucionais procedimentais, como a democracia (neo)liberal. Neste caminho, RANCIÈRE (1996), ao denunciar a ‘demonização’ (ou criminalização) do *demos* pela democracia liberal-representativa moderna, propõe a retomada do *demos* constituído em um processo dissensual contra a ordem estabelecida, no qual o *demos* se faz como a ‘parcela-dos-sem-parcela’ – ou seja, daqueles incontáveis, inqualificáveis e indescritíveis de ‘propriedade imprópria’ – que causam um dano aos regimentos instituídos, reivindicando para si uma propriedade ou uma qualidade que a ordem lhes nega ou lhes limita. Dessa forma, este *demos* não está constituído *a priori*, não é formado em números ou descrições, mas ele se constitui, contingencial e precariamente, enquanto corpo coletivo excluído e oprimido por um inimigo antagônico que nega ou limita sua existência, nos termos da Democracia Radical em LACLAU; MOUFFE (2015).

O terceiro tópico – *um demos para além do Humano* – nos leva a refletir sobre a constituição de um *demos* (como uma parcela-dos-sem-parcela) nas condições emergenciais contemporâneas, especialmente relativas à crise ambiental. Na proposição de Democracia Radical de LACLAU; MOUFFE (2015), o Social é construído discursivamente, a partir de articulações equivalenciais entre diferenças afetadas por uma negação de um inimigo em comum (no nosso caso, um anti-*demos*). Nestes termos, diante das condições de possibilidade, são necessárias algumas considerações que nos levam a pensar em um *demos* para além do Humano. A primeira está em LATOUR (2012) que nos convida a reagregar o Social, isto é, a considerar o Social como processo em constante composição (e não uma essência), entendido como relações em rede e, especialmente, emergido de conexões entre Humanos e Não-Humanos, dissolvendo a oposição Cultura/Natureza. Já VIVEIROS DE CASTRO (2015) nos propõe as ontologias relacionais que, em detrimento da ontologia essencialista e universal da Metafísica ocidental, enxergam o ser de um ente pela relação que mantém com os outros, isto é, não há uma substância ontológica definida isoladamente – um ser do ente fixo: deste modo, seria possível pensar, por exemplo, numa constituição ontológica a partir das relações ambientais articuladas entre os viventes contra algo que lhes ameaça a vida, fundamentando um *demos* dos viventes numa perspectiva política. Em SANTOS (2023), a relação com a natureza é cosmológica, na qual “todas as vidas são necessárias, não importantes” (SANTOS, 2023, p. 13): em oposição aos humanistas, os cosmológicos não desejam desenvolver, mas se envolver organicamente com as árvores, a terra, as matas. De maneira semelhante, KRENAK (2020) defende a Humanidade não só como o *homo sapiens* mas a uma imensidão de seres e criaturas que ele enxerga como excluídos desde sempre, tais como animais, plantas *etc.* Deste modo, tais proposições contribuem para enxergar perspectivas de relações entre os viventes para além da hierarquização da vida – e do Humano como exceção superior – e possibilitar uma ideia de *demos* dos viventes e de democracia ambiental, que considere as condições emergenciais contemporâneas erigidas pelo contexto das crises ambiental e democrática.

#### 4. CONCLUSÕES

No cenário contingencial de crises democrática e ambiental, repensar ontologias e constituições do Social não só é possível como é politicamente necessário, permitindo a resignificação democrática contemporânea, ampliando

o *demos* aos viventes. Ademais – embora não seja escopo deste trabalho e não pretendamos, agora, aprofundar a discussão –, em uma Democracia Radical dos nossos tempos (especialmente inspirada em LACLAU; MOUFFE, 2015), pensada a partir da constituição do Social e da articulação da política, é fundamental considerar o antagonismo discursivo que oprime o *demos*: BROWN (2019) e MOUFFE (2022), a esse respeito (e concordamos com elas), nos apontam o Neoliberalismo como o grande inimigo democrático, que beneficia uma pequena parte de humanos com o modelo até então hegemônico e com a destruição ambiental. Por fim, dialogando com o tema central da 11ª SIIPE, *UFPEL Afirmativa – Ciência, Direitos Sociais e Justiça Ambiental*, acreditamos que este esboço de ‘endemonização da democracia’ seja uma pequena ideia para adiar o fim do mundo (conforme nos provoca Ailton Krenak) e, da mesma maneira, contribuir para a reflexão sobre justiça social e ambiental.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Tradução de Mário A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Politeia, 2019.

DERRIDA, J. **A besta e o soberano** (seminário) – Volume I (2001-2002). Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Via Verita, 2016.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. Tradução de Joanildo Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, 2015.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador: EdUFBA, 2012.

MOUFFE, C. **Sobre o político**. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

MOUFFE, C. **Towards a green democratic revolution**: left populism and the power of affects. London: Verso, 2022.

OBBER, J. **Demopolis**: democracy before Liberalism in theory and practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento** – política e filosofia. Tradução de Ângela Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas canibais**: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2015.